



## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA – 2003-2010**

Joana D’Arc Vaz – UFSC

**Resumo:** Objetivou-se identificar via balanço de produção acadêmica nas áreas de Educação e de Serviço Social o conhecimento produzido, entre 2003 e 2010, sobre o Programa Bolsa Família (PBF), sua política de proteção social e sua centralidade na educação como uma estratégia para amenizar a pobreza no Brasil. A lida com os textos selecionados demonstra o quanto a educação se torna imprescindível no projeto de gestão do governo Lula por ser um projeto que não visa transformação da estrutura de concentração de renda no país, ou melhor, não há distribuição de renda via PBF. Desse modo, a educação se torna um instrumento para educar a população para o conformismo e o consenso quanto às relações capitalistas de produção.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Educação, Governo Lula.

### **1 Introdução**

O presente texto apresenta análise da produção acadêmica, entre 2003-2010, e a discussão sobre o Programa Bolsa Família (PBF) como política de proteção social e analisar a centralidade da educação como estratégia para amenizar a pobreza no Brasil nos dois governos de Lula. Percebe-se que aí reside uma estratégia política que atribui à educação a função de obscurecer as determinações presentes na produção da pobreza no Brasil no contexto da sociedade capitalista e da política adotada pelo governo Lula.

O PBF é um programa federal de transferência de renda criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a lei nº. 10.836, de nove de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004). Associa-se à transferência de benefício financeiro ao acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social. A lei de criação do PBF se diferencia dos anteriores porque, além de gestão descentralizada, interministerial, prevê condicionalidades, isto é, a família ao se beneficiar com o programa assume compromissos na área de saúde e educação, como acompanhamento pré-natal, acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde, frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular. Estas são acompanhadas e cobradas diretamente pelos Ministérios da Saúde e da Educação por meio das secretarias municipais com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O estudo compreendeu os elementos determinantes da governança e popularidade do governo Lula, no campo das políticas sociais e no político-econômico nacional e internacional. O resultado do trabalho será apresentado em duas partes: a) escolha e coleta dos materiais; b) considerações gerais sobre a produção acadêmica selecionada.

## 2 ESCOLHA E COLETA DOS MATERIAIS

Os trabalhos selecionados, pelo descritor “Programa Bolsa Família e Educação”, foram localizados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); em periódicos acadêmicos da Educação e Ciências Sociais Aplicadas, disponíveis no *Scientific electronic library online* (SciELO); nos anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Nos Anais das Reuniões Anuais da ANPEd verificamos a produção acadêmica dos Grupos de Trabalho: *Movimentos Sociais* (GT-3); *Estado e Política Educacional* (GT-5); *Educação de Crianças de 0 a 6 anos* (GT-7) e *Educação Fundamental* (GT-13) entre a 26<sup>a</sup> (2004) e 33<sup>a</sup> (2009) Reunião Anual.

### 2.1 A SELEÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES

A coleta e triagem das teses (1) e dissertações (10) encontradas entre 2003 a 2010 oferecem os dados a seguir. Teses: 2008, 1. Dissertações: 2007, 3; 2008, 3; 2009, 3; 2010, 1. A produção sobre a temática se concentra nas dissertações, no segundo mandato do governo Lula (2007-2010). Uma das suposições possíveis de ser levantadas diz respeito ao tempo da produção, pois considerando que as dissertações levam em média dois anos para serem produzidas e publicadas – e as teses podem ultrapassar os quatro anos – é possível depreender que seu processo de desenvolvimento iniciou entre 2004 e 2005, logo após o lançamento do Programa.

No processo de seleção de fontes, verificamos que a discussão nas produções acadêmicas não se restringe ao programa Bolsa Família especificamente e, sim, acerca da pobreza de maneira ampla. A tese selecionada refere-se ao ano de 2008 com o tema “Inclusão educacional na exclusão: políticas de renda mínima” de Maria do Amparo Caetano de Figueiredo da Universidade Federal da Paraíba e a pesquisa se localiza na área do conhecimento da Educação. Figueiredo (2008) fundamenta seu estudo no materialismo histórico-dialético por acreditar ser o referencial teórico-metodológico que permite a compreensão do processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. Para

a autora, tanto Fernando Henrique Cardoso (FHC) quanto Lula tiveram seus programas sociais e educacionais baseados em discursos democráticos e incluídos. Ademais, há mediação da burguesia nacional e dos organismos internacionais neste processo de conter a crise do capital com políticas de ajuste estrutural. As políticas e programas educacionais são instrumentos de materialização das recomendações do Banco Mundial (BM) e outros organismos internacionais, configurando-se como prática político-ideológica de alívio da pobreza e da exclusão (FIGUEIREDO, 2008). Para a autora, os Programas de Renda Mínima (PRM) vinculam-se à crise do trabalho, ou melhor, do emprego, pois enquanto aumenta o desemprego no Brasil, cresce o Programa Bolsa Família substituindo o direito ao trabalho, no seu sentido ontológico e mesmo destrutivo, mutilador, pelo assistencialismo, constituindo-se, por isso, em uma política de compensação. Desse modo, perpetua-se a negação/exclusão dos indivíduos ao/do trabalho, como elemento produtor e reproduzidor da existência humana, convertendo-os em assistidos. Este processo reforça a retirada dos direitos sociais dos trabalhadores, uma vez que eles não são contabilizados como parte da estrutura do trabalho no Brasil. Reforça que o problema da falta de emprego, dentro dos limites do capital, é insolucionável, particularmente com políticas desta natureza. Na sua análise, embora o Programa Bolsa Família preveja solução para os problemas sociais e educacionais, ele não confronta as questões estruturais da sociedade, reproduzindo a política econômica do sistema capitalista. Segundo Figueiredo (2008), o BM é líder na articulação do processo de reestruturação e abertura da economia aos novos marcos do capital globalizado. Ressalta também as articulações do governo brasileiro com outros organismos internacionais, como a UNESCO e UNICEF, agências da ONU, e FMI.

Quanto às dissertações, o Quadro 1 sintetiza as informações.

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área do Conhecimento</b>
2007	<i>Bolsa Família e as múltiplas faces da pobreza: econômica, social e política</i>	Luciana de Araújo Britto	PUC/RJ	Serviço Social
2007	<i>O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social</i>	Camile Sahb Mesquita	UnB	Política Social
2007	<i>Os limites do Bolsa Família como instrumento de justiça social</i>	Denise Miranda Torres	UFF	Ciências Jurídicas e Sociais

2008	<i>Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família</i>	Doraliza Auxiliador a Abranches Monteiro	UFV	Administração
2008	<i>Análise do Programa Bolsa Família como política pública para inclusão social do Município de Lagoa do Carro (PE)</i>	José Alexandre Barbosa Pinto	UFPE	Geografia
2008	<i>Outro olhar do mesmo lugar: ações sócio-educativas no Programa Bolsa-Família</i>	Lara Aparecida Lissarassa Reisdorfer	FURB	Educação
2009	<i>Bolsa Família: uma análise dos resultados sob a óptica educacional</i>	Alessandra Crystian Engles dos Reis	UNESP/Marília	Educação
2009	<i>O significado da educação para as mães do Programa Bolsa Família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária</i>	Marialda Esmanhott o	UFPR	Educação
2009	<i>A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais: uma análise da consistência teórica do Programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída auto-sustentada do Programa</i>	Juliane Martins Carnerio de Sousa	FGV/RJ	Administração Pública
2010	<i>Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública no município de Videira (SC)</i>	Adriana Aparecida Felicetti	UNOESC	Educação

**Quadro 1** – Dissertações selecionadas pelo descritor “Programa Bolsa Família e Educação”, 2003-2010.

**Fonte:** Banco de Dissertações da CAPES (2010).

Observa-se no Quadro 1 que predominam as dissertações da região Sudeste do país (SP, RJ, MG), com cinco dissertações, e a região Sul (SC, PR) com três. A região Nordeste (PE) e o Distrito Federal com um trabalho. Observamos que a discussão sobre a temática se concentra, com relevância, entre pesquisadores da Educação.

As produções selecionadas discutem o programa Bolsa Família trabalhando com conceitos como: múltiplas faces da pobreza; autonomia e legitimação; inclusão social; educação; bem-estar das famílias; renda mínima; cidadania; educação; superação da pobreza e possibilidades de emancipação. Apresentam pesquisas sobre a sociedade brasileira a partir da implementação do Programa Bolsa Família.

Britto (2007) discute a pobreza com base nos direitos, pois tem por objetivo caracterizar o perfil das famílias beneficiadas dando visibilidade à vulnerabilidade social das mesmas e, por meio do diálogo, conhecer as expectativas para o futuro e seus níveis de participação política. Conclui que a pobreza não se resume à insuficiência de renda, mas se assenta no isolamento social provocado pela ausência do trabalho, da educação e da participação política efetiva. Para dar sustentação teórica à pesquisa, a autora apoia-se no pensamento de Hannah Arendt (2001) e comentadores, como Telles (1990), Lafer (2001) e Duarte (2002). Ela explora a questão dos direitos e da cidadania na perspectiva da esfera pública e privada, objetivando discutir a política social, pobreza e direitos na sociedade brasileira.

Mesquita (2007) investiga as contribuições que o Programa Bolsa Família pode oferecer às famílias na satisfação das necessidades humanas básicas, uma vez que a satisfação é considerada condição primordial para a vida saudável e para a ação humana livre e crítica. Nesse caso, na análise da autora, saúde física e autonomia formam o conjunto objetivo de necessidades básicas que todos os seres humanos, em qualquer contexto social, cultural, econômico e político, devem ter assegurado. Assim, admitir a existência de necessidades humanas básicas significa ampliar a noção de cidadania para além dos direitos individuais, civis e políticos. A autora mostra o desenho do programa Bolsa Família, desde sua criação, permeado de contradições, resumindo-as em quatro dicotomias: alívio imediato da pobreza *versus* incentivo ao capital humano; assistência permanente *versus* portas de saída; incentivos *versus* desincentivos ao trabalho e direito universal ao benefício x condicionalidades (MESQUITA, 2007). A autora defende que no Brasil, por meio do PBF, as famílias são atendidas em suas necessidades vitais, uma vez que ele proporciona aumento na renda familiar, na cesta de consumo composta por alimentação, aluguel, luz, água, gás, medicamentos e outras despesas, além de contribuir para a manutenção e permanência das crianças e adolescentes de até 14 anos de idade na escola. A discussão promovida pela autora contempla conceitos como autonomia; cidadania; vulnerabilidades; solidariedade intergeracional; sociedade justa; equidade e desigualdade.

Torres (2007) analisa os limites do programa – considerado pelos organismos internacionais o maior programa de transferência de renda do país –, discutindo se ele é, na atual conjuntura econômica, capaz de promover a justiça social via redistribuição de renda nacional. Para a autora, somente quando se “perceber que a renda garantida, paga incondicionalmente a cada cidadão, é justa, equitativa e eticamente aceitável, haverá condições para que ela se transforme numa política estruturante de um novo padrão de relações socioeconômicas” (TORRES, 2007, p. 7). Sua análise coloca o BF no âmbito das relações capitalistas de produção em que os problemas sociais podem ser resolvidos pela via do aumento da renda. De acordo com ela, a distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo. Entretanto, a desigualdade de renda está dando sinais de queda nos últimos dez anos e dentre as medidas apontadas como favoráveis a isso está o Bolsa Família. Ele é uma política pública para complementação de outras políticas como educação, saúde e trabalho, visando articular o traço compensatório da transferência monetária com mecanismos estruturais de médio e longo prazo, que dariam mais oportunidades para as pessoas adquirirem renda e riqueza de modo autônomo. Entre os conceitos discutidos pela autora estão: justiça social; cidadania; autonomia; vulnerabilidade e equidade (TORRES, 2007).

Monteiro (2008) verifica a alocação de recursos e a eficiência na gestão do Programa Bolsa Família com o intuito de investigar os fatores que direcionam a distribuição dos recursos dos programas sociais do Governo Federal, bem como a evolução dos seus gastos sociais e dos gastos com o Programa. Observa-se, além da transferência de renda às famílias beneficiadas, houve investimento em infraestrutura social e investiga os fatores condicionantes da gestão do programa. Desenvolve sua discussão considerando conceitos como: cidadania; autonomia; justiça social; equidade e vulnerabilidade. Seu trabalho tem como base os mesmos conceitos de Mesquita (2007) e Torres (2007).

Pinto (2008) apresenta um estudo de caso focando sua análise nos efeitos do PBF no município de Lagoa do Carro (PE). Centra em famílias que estão localizadas nas zonas urbana e rural em função de estes espaços serem marcados por ações centradas em relações de poder. O autor procurou compreender a dimensão da pobreza que se caracterizaria por uma multiplicidade de fatores, pela dinâmica social e política – inerentes aos territórios – e pelo direito a obter da sociedade bens e serviços mínimos que facilitassem o acesso a uma vida mais digna. De acordo com ele, os resultados obtidos na pesquisa demonstram que o Programa melhora a qualidade de vida das famílias, em termos de renda e consumo. Por outro lado, verifica que os problemas do PBF, no âmbito municipal, são atribuídos ao assistencialismo e à falta de capacidade social de empoderamento do Conselho de Controle Social. Para o autor, o

Programa contribuiu para uma leve redução da pobreza no Nordeste. Predomina em seu trabalho a discussão de conceitos como: empoderamento; emancipação; participação; autonomia; cidadania; justiça social; equidade; vulnerabilidade e igualdade de oportunidade, muitos dos quais também são utilizados pelos autores referidos.

Reisdorfer (2008) busca compreender a representação social das ações sócio-educativas no Programa Bolsa Família sob a ótica das famílias beneficiadas. Desenvolve uma pesquisa de campo com dez famílias beneficiárias do Bolsa Família, residentes no bairro Velha Grande, no município de Blumenau (SC). A autora prioriza esse bairro porque as ações sócio-educativas desenvolvidas pelo poder público municipal às famílias em situação de risco social – Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – são vinculadas ao Bolsa Família. A pesquisa aponta para um processo “de” envolvimento das famílias às ações socioeducativas, porém, com dificuldades de inserção e acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação, habitação e assistência social. Segundo Reisdorfer (2008), as famílias valorizam o papel da escola e o estudo como forma dos filhos alcançarem ascensão social e profissional, garantindo o futuro ou melhores condições de vida. No entanto, a concepção do Programa Bolsa Família, assim como a das ações sócio-educativas, está relacionada à construção da cidadania, pois se percebe que o processo de aprendizagem, a educação escolar e a comunidade educativa podem ir além do processo de escolarização.

Reis (2009) busca em seu estudo verificar se há relação entre o Programa Bolsa Família e o rendimento escolar dos alunos beneficiados e a possível emancipação social das famílias atendidas. Ela levanta duas questões: o PBF, que condiciona a frequência escolar ao recebimento do benefício com a finalidade de proporcionar um menor desajuste social e econômico, pode, conseqüentemente, influenciar na melhoria do rendimento escolar das crianças? O PBF pode contribuir para auxiliar na emancipação social de famílias pobres e extremamente pobres? Reis (2009) conclui que o PBF contribui para a permanência das crianças nas escolas, logo para a melhoria do seu rendimento escolar, assim como contribui para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas, reduzindo a condição de miserabilidade (REIS, 2009). Em sua análise, o PBF é uma política de assistencialismo, clientelismo ou até mesmo de relações de favor. Para compreender as questões levantadas, a autora desenvolveu conceitos como: estrutura familiar; rendimento financeiro; cidadania; emancipação; autonomia; entre outras.

Esmanhotto (2009) investiga o significado da educação para os beneficiários do PBF focando a Psicologia Comunitária. A autora parte do pressuposto de que o perfil das famílias

inscritas no Programa ou PBF é de baixa escolarização, por isso questiona a importância da escolaridade e da educação aos olhos das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família. Conclui que as famílias têm consciência da importância da escolarização para seus filhos e que a educação é fator de crescimento e desenvolvimento pessoal necessário para os indivíduos. As entrevistas realizadas com as famílias possibilitou à autora perceber a existência de um discurso salvacionista em relação à educação, como o único caminho para seus filhos terem uma vida melhor, conseguirem sair da situação de pobreza e terem uma profissão. Além disso, a educação seria a única herança que os pais poderiam deixar para seus filhos. Esmanhotto (2009) ressalta que o PBF é um programa de alívio da pobreza entre gerações e que na sociedade moderna as famílias em situação de pobreza são diferenciadas por estarem excluídas da força de trabalho, além de sofrerem discriminação moralista e preconceituosa.

Sousa (2009) analisa se de fato o Programa Bolsa Família representa uma forma justa de distribuição de recursos sociais às camadas menos favorecidas e se constitui uma possibilidade de superação da pobreza, tendo como questão a dependência gerada pelo Programa na população beneficiada, suas implicações na dinâmica do mercado e a superação das perspectivas assistencialistas. Assinala que o PBF não consegue proporcionar a seus beneficiários a capacidade para superar a pobreza e participar de modo economicamente ativo na sociedade. A autora observa que para as famílias obterem uma saída autônoma do programa, o Estado deveria proporcionar programas de promoção do desenvolvimento social como: melhoria da qualidade de ensino, de acesso à saúde e à educação, de apoio às atividades produtivas e oficinas profissionalizantes.

Felicetti (2009) evidencia em seu trabalho que a pobreza é uma das expressões mais visíveis da desigualdade social ao longo da história brasileira, ou seja, uma história profundamente marcada pela divisão de classe. Nesse caso, a existência de programas de transferência de renda e de combate à pobreza, como o Bolsa Família, teriam por objetivo diminuir o distanciamento entre ricos e pobres, permitindo, especialmente às crianças e jovens, o direito à educação básica. Investiga a efetividade do PBF enquanto política pública de inclusão sócioeducacional, particularmente sua incidência sobre o desempenho escolar das crianças e jovens beneficiados. A autora apresenta como objetivos: compreender a pobreza no Brasil como uma dimensão fática da desigualdade socioeconômica e cultural brasileira; situar histórica e politicamente a implantação dos programas de renda mínima e combate à pobreza no Brasil; investigar as percepções que os pais beneficiados e os professores pesquisados têm

do PBF e analisar se, e de que modo, o PBF incide positivamente sobre o desempenho escolar das crianças e dos jovens beneficiados.

## 2.2 A SELEÇÃO DE ARTIGOS

O primeiro levantamento ocorreu nos periódicos da área de Educação e o segundo em outros periódicos qualificados da área de Serviço Social, Saúde e Economia. Observamos que predominam os periódicos da região Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro) e Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A discussão se concentra entre pesquisadores do Serviço Social. O Quadro abaixo mostra os oito artigos selecionados, autores, vínculo institucional e natureza jurídica de suas instituições de origem.

<b>Periódico</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área do Conhecimento</b>
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	2003	Educação e políticas de combate à pobreza	Maria Malta Campos	PUC/SP e Fundação Carlos Chagas	Educação
<i>Sur. Revista Internacional de Dir. Humanos</i>	2006	<i>Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil</i>	Clóvis Roberto Zimmermann	UFRB	Direitos Humanos
<i>Revista Katálysis</i>	2007	<i>O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas</i>	Rosana de C. Martinelli Freitas	UFSC	Serviço Social
<i>Revista Katálysis</i>	2007	<i>Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?</i>	Mônica de Castro Maia Senna Luciene Burlandy Giselle Lavinias Monnerat Vanessa Schottz Rosana Magalhães	UFF/UERJ/ FIOCRUZ	Serviço Social
<i>Revista Ciência &amp; Saúde Coletiva</i>	2007	<i>O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil</i>	Maria Ozanira da Silva e Silva	UFMA	Saúde Coletiva
<i>Revista Praia Vermelha</i>	2008	<i>E a Família, como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de</i>	Anne Caroline de Almeida Santos Cecília Paiva Neto Cavalcanti	UFRJ	Serviço Social

		renda no Brasil sob a ótica da família	Fernanda Carneiro Soares Jaqueline Pereira Rodrigues		
<i>Sur. Revista Int. de Direito e Cidadania</i>	2010	<i>O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do Programa Bolsa Família: apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda</i>	Rodrigo Tavares Magalhães Clóvis Roberto Zimmermann	UNIMONTES/ UFRB	Direitos Humanos
<i>Revista Economia Contemporânea</i>	2010	Impactos do Programa Bolsa Família sobre o trabalho infantil e a frequência escolar	Maria Cristina Cacciamali Fábio Tatei Natália Ferreira Batista	USP	Economia

**Quadro 2** – Artigos em periódicos, programa Bolsa Família e educação – 2003-2010

**Fonte:** Site SciELO

Campos (2003) discute as políticas sociais voltadas para o combate à pobreza que apresentam intersecções com a educação de crianças, adolescentes e jovens. Segundo a autora, as políticas sociais sempre estiveram articuladas à educação, uma vez que no Brasil campos educacionais foram relegados à assistência social, como a alfabetização de Jovens e Adultos e as creches, especialmente para a população mais pobre. Para Campos (2003) é necessário analisar o impacto do PBF nas escolas, se vai além da frequência escolar, se são observadas mudanças de aproveitamento nos alunos beneficiados pelo Programa e qual é o seu impacto nas políticas educacionais.

Zimmermann (2006) estuda o Programa Bolsa Família na perspectiva de direitos humanos e conclui que o Programa é considerado nacionalmente e internacionalmente um avanço em relação aos programas anteriores no Brasil. Porém, ressalta que da ótica dos direitos humanos, o programa ainda apresenta desafios e entraves. O autor considera como avanço a unificação de outros programas como o Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome), mostrando que a união dos programas no BF reduziu os gastos administrativos, pela gestão coordenada e integrada intersetorialmente permitindo aos órgãos públicos visualizar os grupos sociais mais vulneráveis.

Quanto aos entraves do PBF, Zimmermann (2006) assinala que o fato do programa não ser baseado na concepção de direitos, uma vez que o acesso não é garantido de forma incondicional aos beneficiários, existe uma limitação da quantidade de famílias a serem beneficiadas em cada município o que o torna seletivo e excludente. A partir do momento em que o BF impõe condicionalidades para o recebimento do benefício, como acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, à frequência escolar e ao acesso à educação alimentar, está demonstrando que não é um direito, pois a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências. Segundo o autor, a responsabilidade de prover serviços como saúde, educação e alimentação com qualidade compete aos poderes públicos e não a indivíduos. Em sua análise, o programa deve reconsiderar suas concepções acerca da imposição de condicionalidades e de obrigações aos beneficiários, pois a titularidade de um direito jamais deve ser condicionada: “O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas” (ZIMMERMANN, 2006, p. 10).

Freitas (2007) mostra as continuidades e as mudanças ocorridas no sistema de proteção social no país durante o governo Lula da Silva (2003-2006). Para a autora, em relação à política de Assistência Social, houve esperança de que o governo Lula trouxesse maior consistência ao sistema de atenção e proteção, no âmbito das necessidades humanas e sociais, que contemplasse todas as áreas sociais, educacionais e político-culturais. Contudo, o que houve com a implementação dos três programas de combate à pobreza (programa Fome Zero, Programa Bolsa Família e Sistema Único de Assistência Social) foi o estabelecimento de vínculos entre o presidente Lula e a população beneficiada, explicando sua popularidade em várias regiões do país.

Quanto ao PBF, Freitas (2007) assinala que se trata de uma representação simbólica, pois representa menos da metade das verbas assistenciais que não passam de 0,72% do PIB. Outra questão posta pela autora relaciona-se ao fato do programa ser focalizado e vinculado à contrapartidas como a frequência escolar, atendendo dessa forma as prescrições de economistas de pensamento liberal. De acordo com a autora, é possível perceber os limites do programa Bolsa Família que são atribuídos aos “valores dos benefícios que são pequenos, aos critérios de acesso que são rigorosos e excludentes e a sua implementação não se faz acompanhada, ainda, do necessário aparato político-pedagógico de emancipação política, educacional e cultural” (FREITAS, 2007, p. 14).

Senna et al (2007) analisam o programa Bolsa Família identificando as inflexões sofridas a partir da focalização e das condições de acesso, das condicionalidades,

descentralização, intersectorialidade e do controle social. O estudo é desenvolvido com referência na legislação e documentos oficiais do programa, apontando limites e potencialidades à sua operacionalização. Em relação aos limites, os autores observam a restrição dos mecanismos de focalização dos beneficiários e a indefinição de aspectos relativos ao controle social e à gestão compartilhada, assim como as condicionalidades que configuram como uma polêmica central. Quanto às potencialidades, destacam o esforço de ampliação do programa, a participação dos diferentes níveis e esferas governamentais e da sociedade civil (SENNA et al, 2007).

Silva (2007) evidencia que o PBF é concebido como expressão do processo de desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil. A hipótese central da autora é a de que articular uma transferência de renda com políticas e programas estruturantes, sobretudo no campo da educação, saúde e trabalho, direcionados às famílias pobres, pode interromper o ciclo vicioso da pobreza. As várias concepções de pobreza, orientadas por diferentes valores, definem a construção e a implementação de políticas de intervenção social. Nesse caso, Silva (2007) adota a concepção de pobreza que considera as dimensões histórica, econômica, social, cultural e política. É complexa e multidimensional, de natureza estrutural, portanto, ultrapassa a mera insuficiência de renda.

Santos et al (2008) abordam a função da família na sociedade brasileira, especialmente no Programa Bolsa Família pelo papel que os programas de transferência de renda vêm assumindo no reordenamento das políticas de proteção social. As autoras demonstram que a família está nas discussões e interesses também dos organismos internacionais e não somente na política nacional. A questão do reordenamento da proteção social vem sendo conduzida por organismos internacionais tanto de financiamento (FMI, BM, BID), quanto de cooperação técnica (OIT, UNESCO, Cepal). Nesse caso, no que se refere à perspectiva do Programa Bolsa Família de incluir as famílias, impondo condicionalidades, converge com a proposta de enfrentamento da pobreza do BM, em que a família é a principal responsável pelo enfrentamento da pobreza (SANTOS et al, 2008).

Cacciomali et al (2010) analisam o impacto do PBF sobre o trabalho infantil e a frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil. A pesquisa demonstra que o PBF é eficiente em elevar a frequência dos alunos; quanto ao trabalho infantil apresenta efeitos perversos. De acordo com os autores, a redução da pobreza e sua erradicação estão presentes nos discursos sobre o desenvolvimento humano, pois elevando o estoque do capital humano consequentemente elevar-se-ia a renda das famílias. Dessa forma, ressaltam que o programa

Bolsa Família contribui na garantia de um nível mínimo de subsistência para as famílias, além de resguardar a obtenção de capital humano de seus beneficiários.

Por fim, Magalhães et al (2010) investigam até que ponto o Programa Bolsa Família consegue atender os direitos humanos, especialmente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana face às disparidades e desigualdades do Brasil. Os autores salientam a importância da implementação de uma política social como o Bolsa Família que visa a erradicação da fome, da miséria e da pobreza. Para os autores, com a implementação do Bolsa Família o Brasil reduz a desnutrição infantil e a criança incluída no programa permanece mais tempo na escola, garantindo maior facilidade de ingresso ao mercado de trabalho. Outro fator ressaltado pelos autores refere-se à elevação da autoestima da mulher, responsável pelo recebimento do benefício, pois ela adquire *status* de compradora perante o comércio (MAGALHÃES et al, 2010).

### 3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nesse recorte temporal observamos que o Bolsa Família foi tema de pesquisa nas diversas universidades do país, inclusive tendo maior número de trabalhos na área da Educação e no Serviço Social, entretanto, pela análise dos 19 textos consideramos que o tratamento dado pelos intelectuais à educação foi somente enquanto uma condicionalidade do programa. Os intelectuais estão vinculados a 21 universidades (16 públicas e cinco privadas) de nove estados brasileiros e do Distrito Federal. A região Sudeste predomina com 10 universidades, seguida pela Sul e Nordeste com quatro e a Centro-Oeste com uma. Mesmo a região Sudeste sendo predominante, a Nordeste é forte indicadora para análise, pois se relaciona como a região em que houve maior aplicabilidade da política do BF.

Desse modo, após análise preliminar dos 19 trabalhos, foi possível tecer algumas considerações acerca da produção acadêmica sobre o Programa Bolsa Família e educação. Percebe-se que os textos são provenientes de diferentes áreas do conhecimento: Educação, Serviço Social, Política Social, Ciências Jurídicas e Sociais, Administração, Geografia, Administração Pública, Direitos Humanos, Saúde Coletiva. Para definir essas áreas foram considerados os programas de pós-graduação, em se tratando das teses e dissertações; e as áreas descritas pelas revistas, quando refere-se a artigos. Contudo, há um predomínio de duas delas: Educação, presente em seis textos, e Serviço Social, em três. As outras áreas estão com um e dois textos.

Observa-se na figura que mesmo tendo maior número de produção no campo da Educação, pode-se afirmar que o tema ainda é pouco pesquisado na área. Nas dissertações, a produção acadêmica tem um pico em 2007, no segundo mandato do governo Lula, significando a possibilidade da política implementada no primeiro ser avaliada com base na análise dos resultados do programa pelas famílias beneficiadas.

Nossa pesquisa permitiu fazer alguns apontamentos acerca das produções. Nos textos a predominância de mostrar que tanto o governo brasileiro, pelo Programa Bolsa Família, como organismos internacionais conceituam a pobreza como uma questão geracional, como falta de oportunidades, como incapacidade de satisfazer as necessidades básicas ou simplesmente como insuficiência de renda. Por outro lado, alguns autores discutem a pobreza como fruto de uma sociedade capitalista, desigual, historicamente dividida em classes sociais. Essa também é uma problemática – central – a ser discutida: com que conceito de pobreza os autores trabalham e com que conceito a autora desta investigação trabalhará.

Pudemos perceber nos trabalhos o modo pelo qual o governo Lula desenvolve seu discurso de convencimento à população brasileira, priorizando em seu governo políticas focalizadas como o Bolsa Família, com valores insignificantes, em substituição a políticas estruturais como valorização dos direitos trabalhistas, salário, oferta de serviços de saúde e de educação de qualidade para a classe trabalhadora. Consideramos que a forma de gestão do governo Lula para o combate à pobreza não transforma a estrutura de concentração de renda no país, via BF, ou melhor, não há distribuição de renda; pelo contrário, a pobreza de uma classe social é confirmada pela riqueza da outra. Por isso, a educação se torna imprescindível neste projeto de gestão, ou seja, de educar para o consenso e o conformismo, segundo perspectiva discutida por Neves (2010), com as migalhas recebidas do Programa Bolsa Família.

#### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.836 de nove de janeiro de 2004**. Institui o Programa Bolsa Família, 2004.

BRITTO, Luciana de A. **Bolsa Família e as múltiplas faces da pobreza**: econômica, social e política. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 05/09/2011.

CACCIAMALI, Maria C.; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Rev. Econ. Contemp.**, Ago

2010, vol.14, no.2, p.269-301. ISSN 1415-9848. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 08/09/2011.

CAMPOS, Maria M. Educação e políticas de combate à pobreza. **Rev. Bras. Educ.**, Dez. 2003, no.24, p.183-191. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 30/10/2010.

ESMANHOTTO, Marialda. **O significado da educação para as mães do Programa Bolsa Família na grande Curitiba:** uma abordagem da psicologia social comunitária. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 05/09/2011.

FELICETTI, Adriana A. **Bolsa Família e Desempenho Escolar:** avaliação de uma política pública no município de Videira (SC). (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, SC, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 05/09/2011.

FIGUEIREDO, Maria do A. C. de. **Inclusão Educacional na Exclusão:** Políticas de Renda Mínima. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 01/10/2010.

FREITAS, Rosana de C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Katálysis** [online]. 2007, vol.10, n. 1, ISSN 1414-4980. doi: 10.1590/S1414-49802007000100008. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 30/10/2010.

MAGALHÃES, Rodrigo T.; ZIMMERMANN, Clóvis R. **Revista Internacional de Direito e Cidadania** / Instituto Estudos Direito e Cidadania – v.3, n. 7, Junho 2010, pp. 163-172 – Erechim, RS: Habilis, 2010. v. ; 18 x 26cm Quadrimestral . ISSN 1983-1811. Disponível em: <http://reid.org.br/arquivos/REID-007.pdf>. Acesso em 05/09/2011.

MESQUITA, Camile S. **O Programa Bolsa Família:** Uma análise de seu impacto e alcance social (Dissertação de Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 05/09/2011.

MONTEIRO, Doraliza A. A. **Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família.** (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 05/09/2011.

NEVES, Lúcia M.W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. SP: Xamã, 2010.

PINTO, José A. B. **Análise do Programa Bolsa Família como política pública para inclusão social do Município de Lagoa do Carro.** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 10/10/2010.

REIS, Alessandra C. E. dos. **Bolsa Família:** uma análise dos resultados sob a óptica educacional (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília. Marília, SP, 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 05/09/2011.

REISDORFER, Lara A. L. **Outro olhar do mesmo lugar: ações sócio-educativas no Programa Bolsa-Família.** (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, SC, 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 10/10/2010.

SANTOS, Anne C. de A. et al. E a Família, como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica da família. **Ver. Praia Vermelha, vol. 18 nº 1/2008.** ISSN 1414-9184 (versão impressa); ISSN 1984-669X (versão online). Disponível em: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/>. Acesso em 09/09/2011.

SENNA, Mônica de C. Maia et al. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. Katálysis,** Jun 2007, vol.10, no.1, p.86-94. ISSN 1414-4980. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 08/09/2011.

SILVA, Maria O. da S. E. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva,** Dez 2007, vol.12, no.6, p.1429-1439. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 08/09/2011.

SOUSA, Juliane M. C. de. **A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais:** uma análise da consistência teórica do Programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída auto-sustentada do Programa (Dissertação de Mestrado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 10/10/2010.

TORRES, Denise M. **Os limites do Bolsa Família como instrumento de justiça social** (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2007. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 05/09/2011.

ZIMMERMANN, Clóvis R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur, Rev. Int. Direitos Humanos.** [online]. 2006, vol.3, n.4, pp. 144-159. ISSN 1806-6445. doi: 10.1590/S1806-64452006000100009. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 29/10/2010.